

# IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NA PESCA ARTESANAL NO BIOMA PAMPA

## 1. A PESCA ARTESANAL NO PAMPA

O bioma Pampa, no Brasil, está situado no estado do Rio Grande do Sul, mas também se estende pelo Uruguai e Argentina. Ambientalmente é marcado por grande biodiversidade, contudo, pelas espécies vegetais serem de baixo porte, por muito tempo houve a compreensão equivocada de que seria um bioma mais pobre. A vegetação e o relevo suave permitiram o desenvolvimento da pecuária extensiva tradicional, desenvolvida pelos gaúchos brasileiros, uruguaios e argentinos (tendo em vista que o bioma Pampa não tem fronteiras). Existe então uma relação entre o Pampa e a identidade regional gaúcha, que remete a uma ideia de sujeitos com vestuário, alimentação (com ênfase à carne bovina), sotaque e atividades econômicas (pecuária, agricultura e charqueada) comuns.

Mas onde está o(a) pescador(a) do Pampa? A visão predominante do Pampa, vinculada à pecuária e à colonização europeia, gerou muitas invisibilidades sociais. Mesmo que se reconheça a importância dos indígenas pampeanos na formação

da identidade gaúcha, os colonizadores portugueses e espanhóis gradativamente ganharam maior visibilidade social nas narrativas. Da mesma forma com os africanos que vieram ao Pampa por migração forçada, para trabalhar como escravos nas charqueadas, atividade econômica de maior destaque na região no século XIX. Esses sujeitos, povos originários indígenas, africanos e, no Brasil, colonizadores portugueses também desenvolveram a pesca artesanal, a qual foi se adaptando e se mantém até a atualidade.

Tomando o Estuário da Laguna dos Patos como exemplo, entendemos que a pesca artesanal nesta região tem sua origem junto aos povos originários, dado que os indígenas que ali habitavam já tinham na atividade pesqueira parte do seu modo de vida. Segundo Adomilli (2009), a colonização desta região por açorianos impulsionou a atividade pesqueira na região. Tanto São José do Norte como Rio Grande têm ao longo de sua orla diversas comunidades pesqueiras, urbanas ou rurais, oriundas da miscigenação entre os povos originários e açorianos. O autor destaca, também, a contribuição dos africanos escravizados e seus descendentes na formação da atividade pesqueira na região, apesar dos documentos darem maior evidência aos portugueses. Comunidades afrodescendentes marcam a constituição da pesca artesanal nas localidades do Carahá e da Barrinha, em São Lourenço do Sul.

Esse processo de encontro entre diferentes etnias e culturas constituiu a pluralidade dos(as) pescadores(as) artesanais do Rio Grande do Sul, onde encontra-se o Pampa brasileiro. Em comum, podemos destacar a definição identitária de pescador(a) artesanal, que vai muito além do conceito de pescador(a) profissional definido pelo Estado. Então, dependendo do território, a identidade pode ser mais ou menos influenciada pela cultura indígena, africana, portuguesa-açoriana e até mesmo espanhola, mais próximo à fronteira com Uruguai e Argentina. Na construção identitária desses pescadores(as) artesanais do Pampa, especialmente no Estuário da Laguna dos Patos, há também influência dos pescadores(as) catarinenses.

Na década de 1960, o processo de industrialização da atividade pesqueira na região resultou na migração de catarinenses que, além de São José do Norte e Rio Grande, se instalaram em Pelotas e em São Lourenço do Sul. Na época, também houve migração de pescadores(as) dos municípios de Rio Grande e São José do Norte para os outros dois municípios. Esses(as) pescadores(as) influenciaram as técnicas de pesca da região, integrando artes que até a atualidade são predominantes, como o aviãozinho na pesca do camarão.

Quanto às atividades produtivas, devemos também destacar que especialmente as comunidades situadas no campo mesclam a atividade pesqueira com a pequena produção agrícola. Isso se deve ao maior ou menor isolamento dos centros urbanos dos municípios e reflete na organização do processo produtivo. Um exemplo encontrado no Estuário da Laguna dos Patos são as Ilhas dos Marinheiros e da Torotama, em Rio Grande, bem como as localidades da Capivara e do Retiro, em São José

## CRISTIANO QUARESMA DE PAULA

DOUTOR EM GEOGRAFIA PELA UFRGS, DOCENTE NOS CURSOS DE GEOGRAFIA LICENCIATURA E BACHARELADO DO ICH I E DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG.

## TATIANA WALTER

OCEANÓGRAFA, DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UFRGS, DOCENTE NO CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL DO IO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG.

## EDERSON SILVA

GRADUADO EM TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL, DOUTORANDO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG.

## LUÍS RAMOS

TÉCNICO EM AGRICULTURA, EXTENSIONISTA RURAL DA EMATER-RS ASCAR.

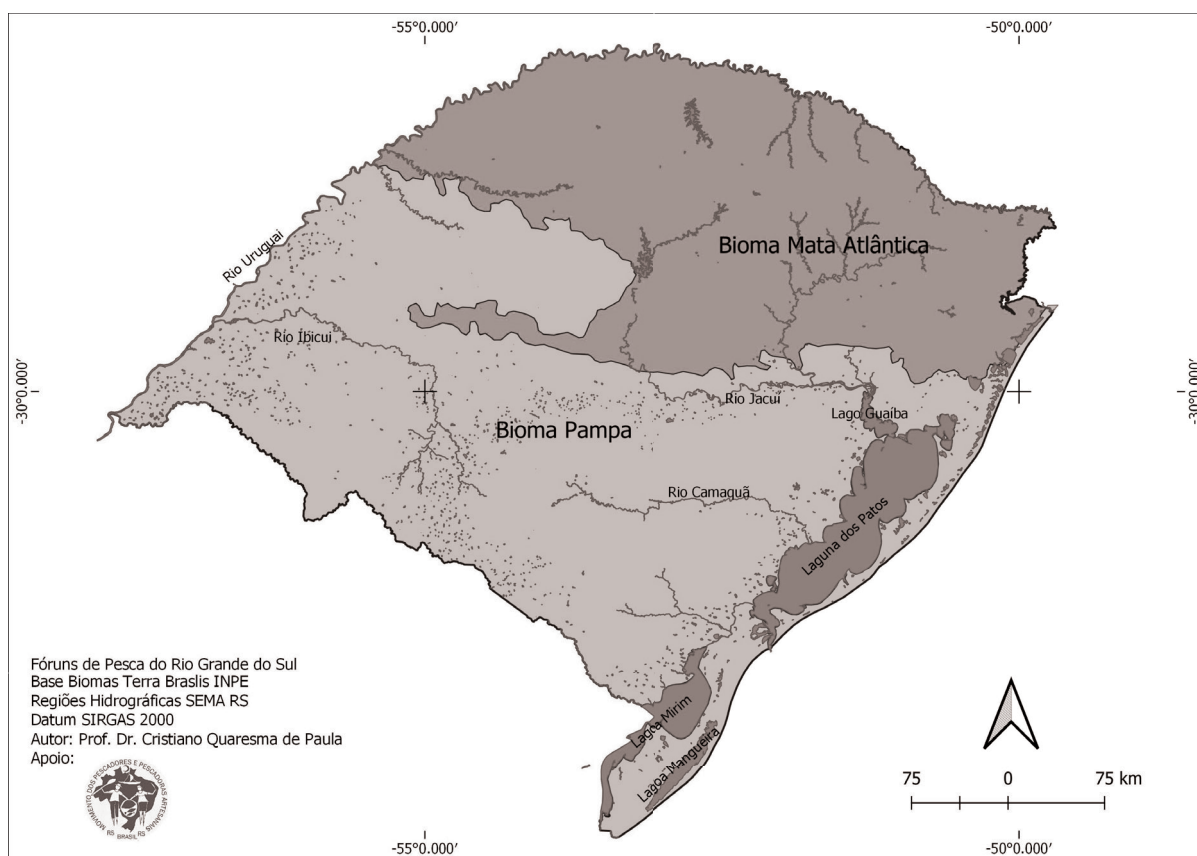
## WARNA FRÜHAUF

GRADUADA EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UFRGS, EXTENSIONISTA RURAL DA EMATER-RS ASCAR.

do Norte, as quais têm sua identidade produtiva vinculada a pescadores-lavradores que alternam a atividade pesqueira com a agricultura. Já as comunidades pesqueiras da Vila São Miguel, em Rio Grande, e de Navegantes, em São Lourenço do Sul, são urbanas e vivem estritamente da pesca artesanal. Em 2013, a Food Agriculture Organization (FAO) publicou um documento que contempla detalhes sobre as características socioprodutivas das diversas comunidades pesqueiras na Lagoa dos Patos (KALIKOSKI & VASCONCELLOS, 2013).

A pesca no Pampa foi favorecida pelos volumosos corpos de água, que podem ser verificados na **Figura 1**, entre os quais destacamos: a Laguna dos Patos, Lagoa Mangueira, Lagoa Mirim, Lago Guaíba, Rio Jacuí, Rio Camaquã, Rio Ibicuí e uma extensa costa voltada para o Oceano Atlântico.

**FIGURA 1**  
**LOCALIZAÇÃO DO BIOMA PAMPA**



**FONTE:** ELABORADO POR CRISTIANO QUARESMA DE PAULA (2020).

Contudo o bioma Pampa passou por significativas transformações a partir de meados do século XX. A expansão das monoculturas de grãos, como a soja, progressivamente substituiu as áreas de pastagens. Soma-se a isso o milho, arroz, fumo e outros monocultivos agrícolas priorizados pelos mercados nacional e internacional. Também se expandiu a silvicultura, principalmente de pinus e eucalipto, preocupando especialistas e ambientalistas na passagem

do século XX para o XXI. A substituição das atividades agropecuárias tradicionais no processo de modernização resultou em impactos ambientais e socioeconômicos, inclusive na expropriação de pequenos produtores familiares.

Tais mudanças também repercutem entre os(as) pescadores(a) artesanais, que dependem dos corpos de água para desenvolverem suas atividades e perecem pelas dificuldades de acesso a esses territórios, devido aos latifúndios, além de constatarem a degradação dos recursos hídricos pelo uso excessivo de irrigação dos monocultivos, pelo despejo de agrotóxicos, pela retirada da mata ciliar e pela erosão decorrente do pisoteamento do gado na pecuária empresarial intensiva.

Embora o povoamento do Rio Grande do Sul, na colonização, tenha começado justamente pelas margens desses importantes corpos de água, o século passado também foi marcado pelo adensamento populacional pela intensa urbanização e industrialização sem a instalação de infraestruturas adequadas de tratamento dos resíduos poluentes, que contaminam o ar, o solo e os corpos de água. Nesses últimos chega todo o tipo de contaminação, refletindo diretamente na quantidade e qualidade do pescado, além da saúde dos(as) pescadores(as), que transitam por esses ambientes para chegar aos pesqueiros.

Além da existência de uma identidade regional, a maior parte dos conflitos ambientais vivenciados pelos(as) pescadores(as) artesanais da região também são comuns, podendo ser mais ou menos agravados, a depender da comunidade pesqueira. Todos eles envolvem a expansão de outras atividades econômicas, como portos, hidrelétricas e projetos de mineração, que são facilitadas pelo poder público, marcado por uma visão desenvolvimentista que não reconhece os(as) pescadores(as) artesanais enquanto detentores(as) de uma identidade produtiva, bem como pela atividade pesqueira ser caracterizada como uma atividade tradicional. Neste sentido, é possível afirmar a constante invisibilização dos(as) pescadores(as) artesanais por parte do Estado, que muitas vezes se articula com a Ciência como destacado por Moura (2017), Walter et al. (2018) e De Paula (2018, 2019).

Somado a esse contexto de fragilidade ambiental, a partir dos anos 1990 as pescarias no Estado entraram em colapso devido à intensificação da pesca industrial, decorrente de políticas de fomento ao setor nas décadas anteriores – que investiram em tecnologias que se mostraram predatórias. Cabe destacar que as embarcações industriais possuem condições de navegação que permitem deslocamentos para outros estados e regiões. Os(as) pescadores(as) artesanais, ao contrário, por deterem condições tecnológicas mais modestas e por dependerem dos pesqueiros tradicionais próximos às comunidades, viveram as consequências desse colapso em um contexto de vulnerabilidade e marginalidade social.

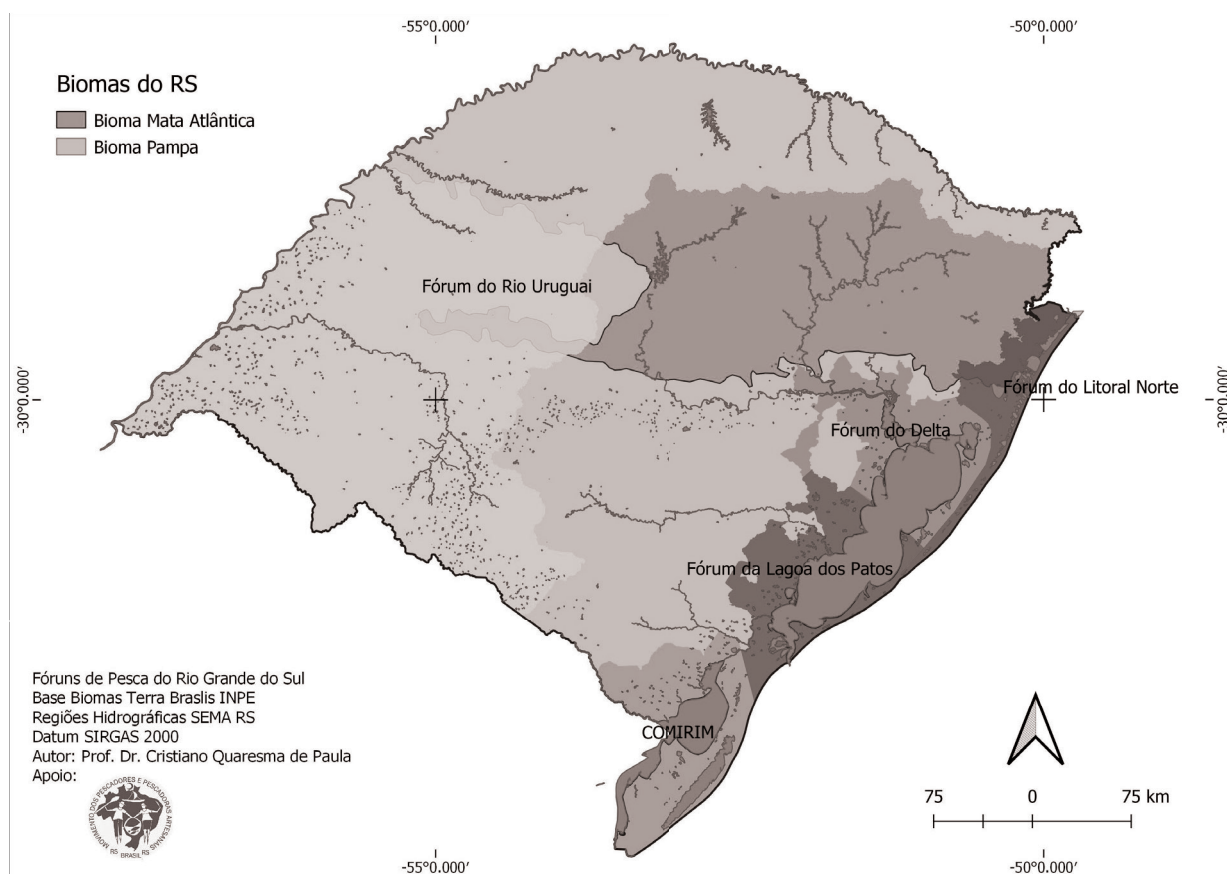
Em reação a esse contexto, se evidenciaram iniciativas de gestão compartilhada da pesca artesanal a partir de fóruns de pesca. É importante destacar esses fóruns, pois por eles permeiam as principais discussões relacionadas ao ordenamento pesqueiro no estado do Rio Grande do Sul, integrando representações da comunidade pesqueira (colônias, associações, cooperativas de pescadores(as) e movimentos sociais) e representantes dos governos (estadual, municipais e federal), além de outras organizações relacionadas com a pesca, como universidades (quando se dispõem ao diálogo com o saber tradicional) e organizações não governamentais (ONGs).

Foram criados no Rio Grande do Sul cinco fóruns de pesca/pescadores(as) artesanais: Conselho Cooperativo para Ações nas Lagoas Mirim e Mangueira no âmbito Pesqueiro – Comirim, Fórum da Lagoa dos Patos, Fórum da Pesca Litoral Norte, Fórum de Pescadores do Rio Uruguai e Fórum da Pesca Delta do

<sup>1</sup> A delimitação da atuação dos Fóruns de Pesca é aproximada. Buscamos destacar os municípios onde residem os pescadores representados pelos fóruns, contudo, geralmente existem sobreposições na interface entre dois ou três fóruns.

Jacuí, Lago Guaíba e Norte da Laguna dos Patos, **cujas abrangências estão destacadas na Figura 2<sup>1</sup>**. Os dois primeiros fóruns criados foram o Comirim e o Fórum da Lagoa dos Patos, cujas formalizações se deram por instruções normativas que regem a pesca nas Lagoas Mirim e Mangueira e no Estuário da Laguna dos Patos, respectivamente.

**FIGURA 2**  
**ABRANGÊNCIA DOS FÓRUNS DE PESCA.**



**FONTE:** ELABORADO POR CRISTIANO QUARESMA DE PAULA (2020).

Reis e D'Incao (2000) apontam que o Conselho Cooperativo para Ações nas Lagoas Mirim e Mangueira no âmbito Pesqueiro (Comirim) foi criado em 1992 visando a redução de conflitos entre pescadores(as) artesanais da Lagoa Mirim e do estuário da Laguna dos Patos. Constituiu uma iniciativa do Ibama, que na época era responsável pela gestão da pesca em nível federal, tendo em vista a gestão pesqueira compartilhada. Logo, o Comirim é um órgão colegiado, que promove a discussão e apresenta proposições e medidas de gestão da pesca na região. Em 2004, foi publicada a Instrução Normativa Conjunta Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP/PR) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) Nº 2, a qual apresenta os regramentos para a pesca na área de abrangência deste fórum (SILVA, 2017).



O Fórum da Lagoa dos Patos foi criado como estratégia de luta. Em 1996, o Conselho da Pastoral da Pesca (CPP), em conjunto com as Colônias de Pescadores de Rio Grande (Z-1), São José do Norte (Z-2), Pelotas (Z-3) e São Lourenço do Sul (Z-8), entre outras entidades de pescadores(as), o Ibama, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), ONGs locais e poderes públicos municipais criaram o Fórum da Lagoa dos Patos. Em 1998, o Ibama publicou a Portaria Nº 171/98, como resultado da luta do Fórum, autorizando apenas pescadores(as) artesanais residentes nos municípios adjacentes do estuário da Lagoa dos Patos a pescarem ali. Ademais, os(as) pescadores(as) deveriam obter uma licença de pesca anual e apenas algumas pescarias estariam legalizadas. A portaria estabelecia regramentos específicos para tamanho das embarcações, apetrechos de pesca e períodos de pescaria para diversas espécies estuárias. Em 2004, a Instrução Normativa Conjunta Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP/PR) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) Nº 3 atualizou a portaria.

Com o objetivo de realizar um diálogo integrado sobre os problemas que envolvem a pesca artesanal no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, em 2003 instalou-se nesta região o Fórum de Pesca do Litoral Norte. Este fórum abrange as praias da faixa litorânea, as lagoas internas de água doce de Itapeva, Quadros, Malvas, Pinguela, Fortaleza, Cidreira, Laguna dos Patos e o estuário das lagoas de Tramandaí e da Custódia, onde ocorrem a pesca de subsistência e artesanal (PERUCCHI; KUBO; COELHO-DE-SOUZA, 2012).

O Fórum de Gestão da Pesca na Bacia do Rio Uruguai foi criado em 2008 através de convênios executados entre a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado/Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Fidene/Unijuí) e a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP/PR), com o objetivo de reunir os(as) pescadores(as) da região da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai (PERUCCHI; KUBO; COELHO-DE-SOUZA, 2012). Na atualidade, o referido fórum não está ocorrendo.

O Fórum da Pesca do Delta do Jacuí, Lago Guaíba e Norte da Lagoa dos Patos, conhecido como Fórum do Delta, foi criado em março de 2009 a partir da mobilização dos pescadores(as) artesanais das colônias de pescadores Z-4 e Z-5 e das associações de pescadores(as) artesanais da região. Este é um órgão de função cooperativa com o setor da pesca artesanal no âmbito político, econômico e jurídico. É composto por entidades e representantes da sociedade civil organizada, poderes públicos federal e estadual e representação de municípios da região de abrangência (DE PAULA, 2013).

Destacamos esses fóruns, pois, na atualidade, constituem espaços importantes de representação dos(as) pescadores(as) do Rio Grande do Sul. O funcionamento desses fóruns tem dinâmicas diferentes, e hoje alguns estão mais ativos do que outros, mas ainda são importantes referências. O formulário elaborado pelo Conselho Pastoral da Pesca, cujos dados serão apresentados na sequência, tomou como referência a área de abrangência desses fóruns de pescadores(as), por serem considerados significativos territórios de pesca do Pampa. No caso do Fórum da Lagoa dos Patos, Fórum Delta do Jacuí e Fórum do Litoral Norte, as informações foram adquiridas junto às lideranças das coordenações dos fóruns. No caso do Comirim e do Fórum de Pesca da Bacia do Rio Uruguai, foram consultadas lideranças das respectivas regiões de abrangência, mas que não estão necessariamente na coordenação das entidades. Cabe ressaltar que esse trabalho foi apoiado e recebeu contribuições dos

representantes do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais no Rio Grande do Sul (MPP RS).

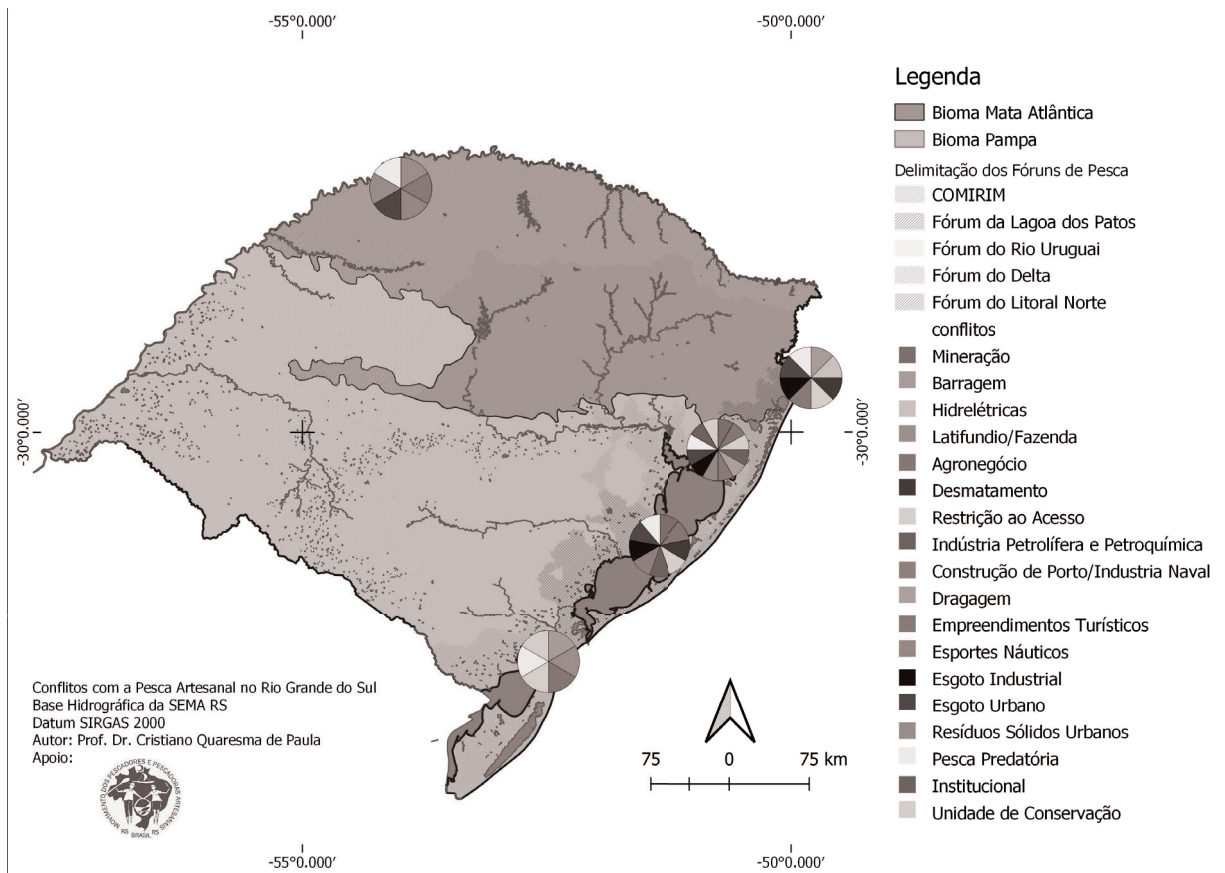
## 2. SÍNTESE DOS CONFLITOS E IMPACTOS

Embora sejam significativos os conflitos com a pesca artesanal no bioma Pampa, no Rio Grande do Sul, é fundamental admitir que os conflitos que ocorrem no bioma Mata Atlântica devem ser considerados, pois corpos de água como o Rio Uruguai, por exemplo, têm nascente no bioma Mata Atlântica (Serra Geral) e desaguam no bioma Pampa (brasileiro e uruguaio). Outros, como o Rio Jacuí, recebem águas de rios situados no bioma Mata Atlântica e desaguam no Lago Guaíba, que está conectado à Laguna dos Patos. Logo, considerando a mobilidade dos recursos pesqueiros e a extensão de determinados conflitos e impactos, é importante ponderarmos essa relação entre os dois biomas, pelo menos no que diz respeito à pesca.

O **Quadro 1** apresenta os conflitos e agentes que os promovem verificados na região de abrangência de cada um dos fóruns de pesca/pescadores(as) artesanais. O mapa da **Figura 3** apresenta gráficos para ilustrar a distribuição espacial desses conflitos.

QUADRO 1: CONFLITOS COM A PESCA ARTESANAL		
Fóruns	Conflitos	Agentes
<b>FÓRUM DO DELTA</b>	Agronegócio, Dragagem, Empreendimentos Turísticos, Esgoto Industrial, Esgoto Urbano, Indústria Petrolífera e Petroquímica, Mineração, Pesca Predatória, Restrição ao Acesso, Institucional, Unidade de Conservação, Esportes Náuticos	Agentes Privados, Empresas Privadas, Governos, Latifúndios/Fazendeiros, Polícia Militar
<b>FÓRUM DA LAGOA DOS PATOS</b>	Agronegócio, Construção de Porto/Indústria Naval, Desmatamento, Esgoto Industrial, Esgoto Urbano, Indústria Petrolífera e Petroquímica, Mineração, Pesca Predatória, Restrição ao Acesso	Empresas Privadas, Empresas Públicas, Governos
<b>COMIRIM</b>	Agronegócio, Barragem, Latifúndio/Fazenda, Pesca Predatória, Restrição ao Acesso, Unidade de Conservação	Agentes Privados, Governos, Latifundiários/Fazendeiros, Pescadores(as) Não Licenciados, Turistas
<b>FÓRUM DO RIO URUGUAI</b>	Barragem, Desmatamento, Empreendimentos Turísticos, Esgoto Industrial, Esgoto Urbano, Hidrelétricas, Pesca Predatória, Restrição ao Acesso	Agentes Privados, Empresas Privadas, Empresas Públicas, Poder Judiciário, Pesca Amadora
<b>FÓRUM DO LITORAL NORTE</b>	Empreendimentos Turísticos, Esgoto Urbano, Latifúndio/Fazenda, Pesca Predatória, Esportes Náuticos, Resíduos Sólidos Urbanos	Agentes Privados, Governos, Pescadores(as) Não Licenciados

**FIGURA 3**  
**CONFLITOS COM A PESCA ARTESANAL**



**FONTE:** ELABORADO POR CRISTIANO QUARESMA DE PAULA (2020).

Verificamos que, na medida em que os conflitos correm, se evidenciam nas comunidades pesqueiras impactos ambientais e socioeconômicos, como pode ser verificado nos **Quadros 2 e 3** e nos mapas das **Figuras 4 e 5**.

QUADRO 2: IMPACTOS AMBIENTAIS	
Abrangência	Impactos Ambientais
<b>Fórum do Delta</b>	Assoreamento, Desaparecimento de Ilhas, Destruição dos Habitats, Diminuição da Diversidade do Pescado, Diminuição da Quantidade do Pescado, Escassez e Falta de Água, Mortandade de Pescado, Poluição/Contaminação da Água
<b>Fórum da Lagoa dos Patos</b>	Diminuição da Diversidade do Pescado, Diminuição da Quantidade do Pescado, Enchentes, Erosão, Mudança na Sedimentação e Perfil das Praias, Poluição/Contaminação da Água, Aumento no Volume de Água Doce, Diminuição da Intrusão de Água Salina
<b>Comirim</b>	Destruição dos Habitats, Diminuição da Diversidade do Pescado, Diminuição da Quantidade do Pescado, Mortandade de Pescado, Poluição/Contaminação da Água, Secagem de Lagos, Lagoas, Rios e Riachos, Secagem de Nascentes, Secagem de Banhados

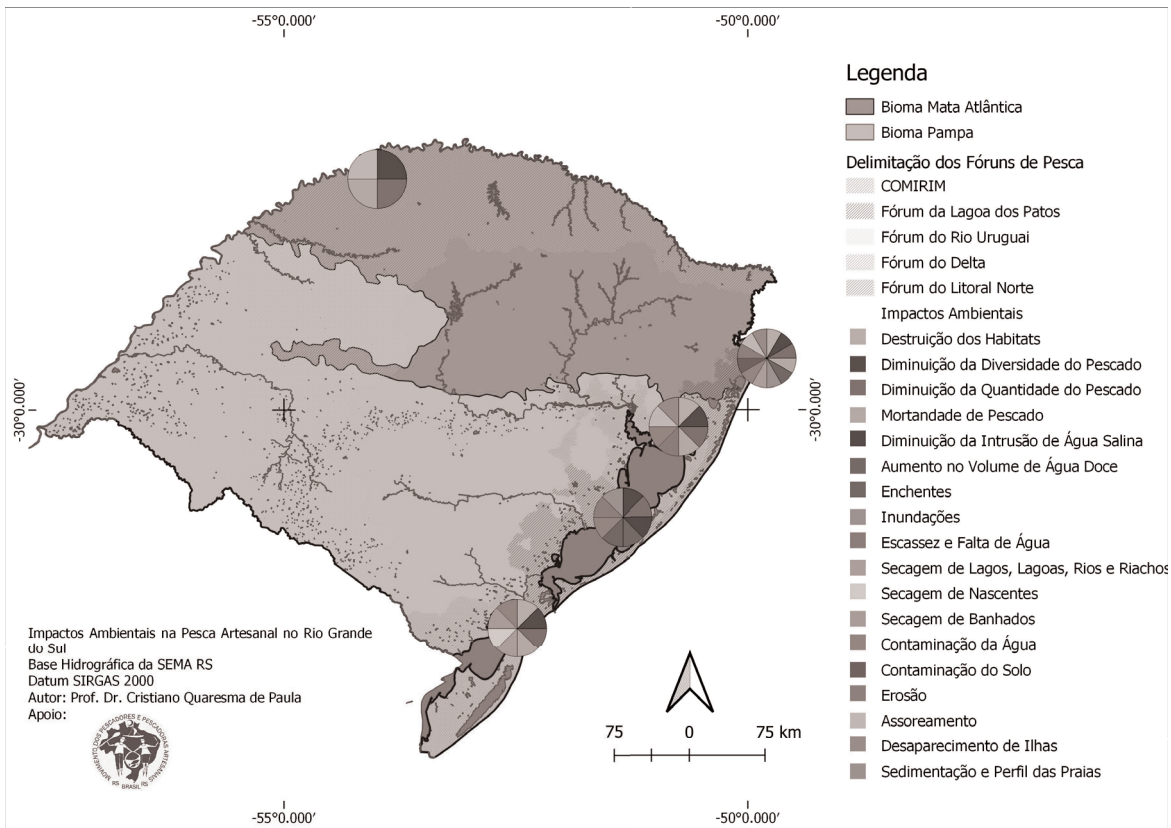


<b>FÓRUM DO RIO URUGUAI</b>	Assoreamento, Desaparecimento de Ilhas, Destruição dos Habitats, Diminuição da Diversidade do Pescado, Diminuição da Quantidade do Pescado, Enchentes, Erosão, Inundações, Mortandade de Pescado, Poluição/Contaminação da Água, Poluição/Contaminação do Solo, Secagem de Lagos, Lagoas, Rios e Riachos
<b>FÓRUM DO LITORAL NORTE</b>	Assoreamento, Diminuição da Diversidade do Pescado, Diminuição da Quantidade do Pescado, Mortandade de Pescado

**QUADRO 3:  
IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS**

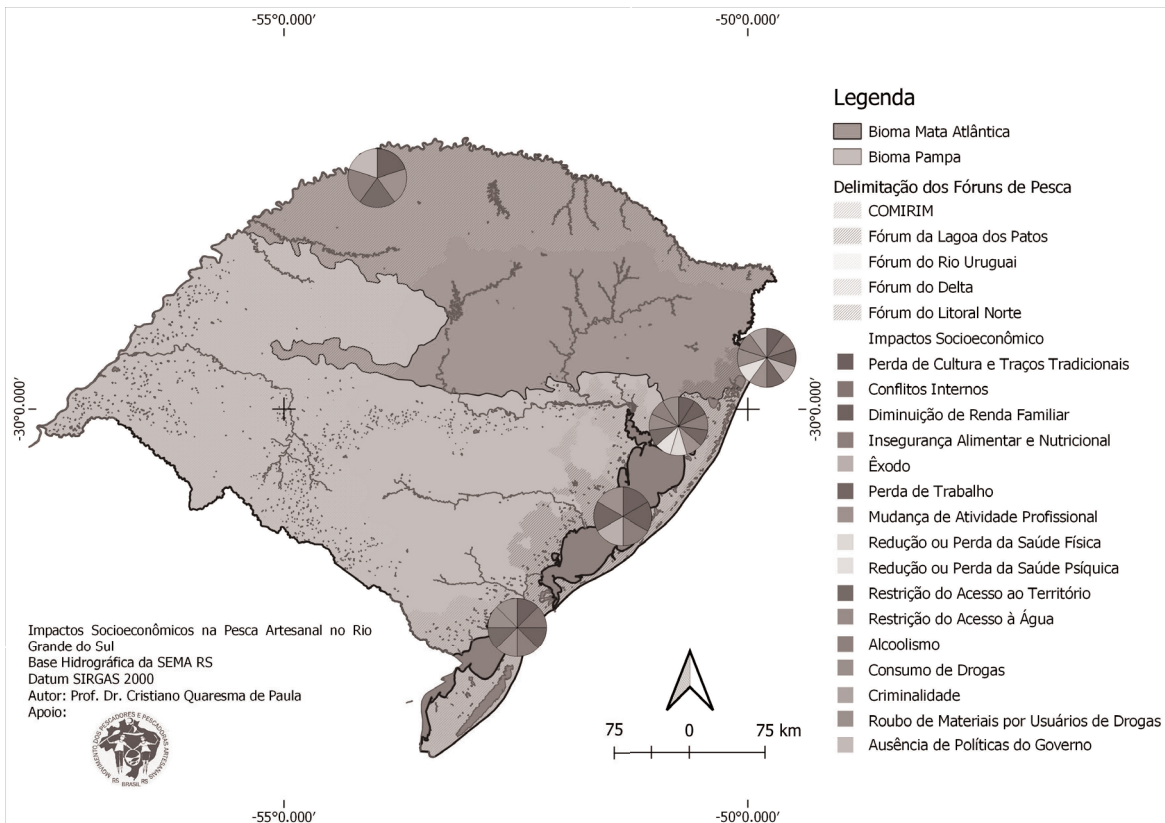
<b>Abrangência</b>	<b>Impactos Socioeconômicos</b>
<b>FÓRUM DO DELTA</b>	Alcoolismo, Consumo de Drogas, Diminuição de Renda Familiar, Insegurança Alimentar e Nutricional, Mudança de Atividade Profissional, Perda de Cultura e de Traços Tradicionais, Perda de Trabalho, Redução ou Perda da Saúde Física, Redução ou Perda da Saúde Psíquica, Restrição do Acesso à Água, Restrição do Acesso ao Território
<b>FÓRUM DA LAGOA DOS PATO</b>	Diminuição de Renda Familiar, Êxodo, Insegurança Alimentar e Nutricional, Mudança de Atividade Profissional, Perda de Cultura e de Traços Tradicionais, Perda de Trabalho
<b>COMIRIM</b>	Conflitos Internos e Quebra de Laços Comunitários, Consumo de Drogas, Diminuição de Renda Familiar, Insegurança Alimentar e Nutricional, Mudança de Atividade Profissional, Perda de Cultura e de Traços Tradicionais, Restrição do Acesso ao Território, Roubo de Materiais Devido ao Consumo de Drogas
<b>FÓRUM DO RIO URUGUAI</b>	Alcoolismo, Conflitos Internos e Quebra de Laços Comunitários, Criminalidade, Diminuição de Renda Familiar, Êxodo, Mudança de Atividade Profissional, Perda de Cultura e de Traços Tradicionais, Perda de Trabalho, Redução ou Perda da Saúde Psíquica, Restrição do Acesso à Água
<b>FÓRUM DO LITORAL NORTE</b>	Alcoolismo, Diminuição de Renda Familiar, Mudança de Atividade Profissional, Restrição do Acesso ao Território, Ausência de Políticas do Governo

**FIGURA 4**  
**IMPACTOS AMBIENTAIS**



FONTE: ELABORADO POR CRISTIANO QUARESMA DE PAULA (2020).

**FIGURA 5**  
**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS**



FONTE: ELABORADO POR CRISTIANO QUARESMA DE PAULA (2020).

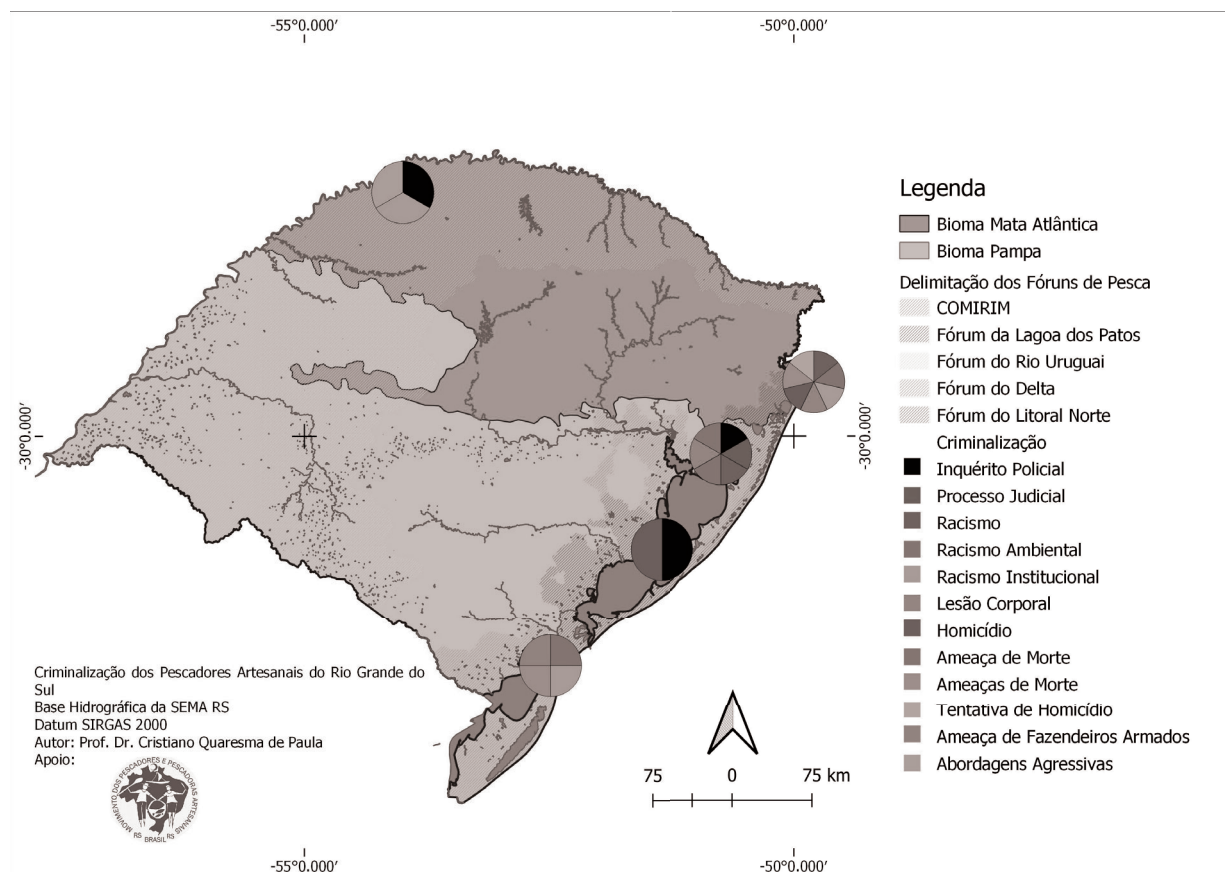
Por meio das organizações sociais de pescadores(as) artesanais, e especialmente dos fóruns de pesca/pescadores(as), são tomadas medidas para o enfrentamento dos impactos ambientais e socioeconômicos, como apresentado no **Quadro 4**.

QUADRO 4: MEDIDAS TOMADAS FRENTE À OCORRÊNCIA DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS	
Abrangência	Medidas frente aos impactos ambientais e socioeconômicos
FÓRUM DO DELTA	Articulação com entidades/organizações parceiras, Denúncias ao MPF, Denúncias ao MPE, Denúncias no Fórum de Pesca
FÓRUM DA LAGOA DOS PATO	Ação Judicial, Articulação com entidades/organizações parceiras, Denúncias ao MPF, Denúncias aos Órgãos Ambientais Estaduais, Denúncias ao Ibama, Manifestações, Articulação com entidades/organizações parceiras, Denúncias no Fórum de Pesca
COMIRIM	Boletim de Ocorrência (B.O.), Denúncia ao MPE, Denúncias aos Órgãos Ambientais Estaduais, Denúncias aos Órgãos Ambientais Municipais, Denúncias ao Ibama, Denúncias ao ICMBio, Denúncias no Fórum de Pesca
FÓRUM DO RIO URUGUAI	Boletim de Ocorrência (B.O.), Denúncias ao MPE, Denúncias aos Órgãos Ambientais Estaduais, Denúncias aos Órgãos Ambientais Municipais, Denúncias ao Ibama
FÓRUM DO LITORAL NORTE	Boletim de Ocorrência (B.O.), Denúncias ao MPF, Denúncias aos Órgãos Ambientais Estaduais, Denúncia no Comitê de Bacia Hidrográfica, Denúncias no Fórum de Pesca

Também é importante destacarmos os processos de criminalização dos(as) pescadores(as) artesanais do Pampa. Esses contextos de criminalização e as medidas tomadas pelas organizações sociais de pescadores(as) podem ser verificados no **Quadro 5**. O mapa da **Figura 6** apresenta a espacialização desse processo de criminalização.

Abrangência	Criminalização	Medidas
FÓRUM DO DELTA	Ameaça de Morte, Inquérito Policial, Lesão Corporal, Processo Judicial, Racismo Ambiental, Racismo,	Denúncia a organização de Direitos Humanos, Denúncia ao MPE, Denúncia ao MPF
FÓRUM DA LAGOA DOS PATO	Homicídio, Inquérito Policial	Defensoria Pública, Divulgação nas Redes Sociais
COMIRIM	Ameaças de Morte, Racismo Ambiental, Racismo Institucional, Ameaça de Fazendeiros Armados	Denúncia ao MPE
FÓRUM DO RIO URUGUAI	Ameaças de Morte, Homicídio, Lesão Corporal, Racismo, Racismo Ambiental, Racismo Institucional, Tentativa de Homicídio	Denúncia ao MPE, Boletim de Ocorrência (B.O.)
FÓRUM DO LITORAL NORTE	Inquérito Policial, Racismo Institucional, Abordagens Agressivas	Divulgação na Imprensa, Divulgação nas Redes Sociais, Esclarecimentos em Reuniões do Fórum, Divulgação nas Redes Sociais, Denúncias no Fórum de Pesca

**FIGURA 7**  
**CRIMINALIZAÇÃO DOS(AS) PESCADORES(AS) ARTESANAIS**



**FONTE:** ELABORADO POR CRISTIANO QUARESMA DE PAULA (2020).

### 3. DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS CONFLITOS E DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS ASSOCIADOS

A pesca predatória é apontada como causadora de conflitos com os(as) pescadores(as) artesanais em todas as regiões de abrangência dos fóruns de pesca. Contudo, é importante distinguir modalidades de pescarias predatórias. No estuário da Laguna dos Patos e no Litoral Norte, trata-se da pesca predatória industrial. No Delta do Jacuí/Lago Guaíba e na bacia do Rio Uruguai, destaca-se a pesca amadora. Nas lagoas Mirim e Mangueira, a pesca predatória está associada a disputas entre pescadores(as) artesanais por áreas de pesca, um contexto que também se verifica no norte da Laguna dos Patos.

Temporalmente, demarcamos como primeiro conflito ambiental envolvendo pescadores(as) artesanais no estuário da Lagoa dos Patos aquele decorrente da expansão da pesca industrial nas regiões Sul e Sudeste do país, o que ocorreu a partir da década de 1960, impulsionada pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – Sudepe e que tem como marco legal o Código de Pesca 221/1967.

O processo de industrialização da pesca envolveu tanto a motorização de embarcações e aquisição de equipamentos de pesca mais modernos – o que ampliou a capacidade de pesca – como a instalação de plantas frigoríficas, principalmente no município de Rio Grande, para processamento do pescado. Parte

dos(as) pescadores(as) artesanais foi incorporada na tripulação dos barcos, e outra parte, especialmente mulheres, passou a atuar nas plantas frigoríferas no processo do pescado. Para aqueles(as) pescadores(as) que mantiveram-se na pesca artesanal, o processo de comercialização foi sendo reestruturado, dada a presença de representantes das indústrias para aquisição do pescado.

Na década de 1990 houve uma queda abrupta da produção pesqueira, caracterizada pelo fenômeno da sobrepesca, cujas consequências refletiram não apenas no setor industrial, mas também sobre os(as) pescadores(as) artesanais. Algumas das espécies capturadas na zona costeira marítima, de interesse da frota industrial, possuem parte do seu ciclo de vida no estuário, onde atuam os(as) pescadores(as) artesanais, o que refletiu na diminuição da produtividade no interior da Lagoa dos Patos. Ademais, embarcações de maior porte adentravam a lagoa para captura de espécies e, nos períodos de safra, especialmente da tainha e do camarão, pescadores(as) de outras regiões, em sua maioria catarinenses, iam pescar no estuário.

No estuário da Laguna dos Patos se mantêm os conflitos envolvendo pesca industrial, pois a despeito da mesma estar restrita à zona marítima, as embarcações capturam espécies que são relevantes aos(as) pescadores(as) artesanais. Um dos conflitos estabelecidos ocorreu no momento em que os pescadores(as) artesanais perceberam que a frota da pesca da sardinha migrou para a pesca da corvina, deixando a pescaria estuarina da corvina escassa. Assim, em 2005, pescadores(as) artesanais lutaram pela proibição da pesca de corvina pela frota de sardinha, especialmente na boca da Barra do Rio Grande (PEREIRA & ANELLO, 2010). No entanto, mantiveram-se os conflitos devido à pesca ilegal e dada a captura em larga escala na zona costeira e marinha.

No Litoral Norte, a pesca industrial é identificada como uma das atividades mais prejudiciais à pesca artesanal marítima. É praticada por barcos que ultrapassam a distância permitida, avançando para o espaço exclusivo da pesca artesanal, sendo que essa situação é facilitada pela reduzida fiscalização dos órgãos ambientais. O “arrastão” é realizado por barcos industriais e provoca danos ao ambiente, pois resulta na suspensão de sedimentos que impactam sobre a fauna bentônica, além da prática da sobrepesca.

Em pesquisa realizada na plataforma continental do Rio Grande do Sul, sobre os descartes de fauna acompanhante na pesca de arrasto, os autores citam que a rejeição média de peixes foi estimada em 38,8 quilos por hora de arrasto, representando 52,3% da captura total (PERUCCHI; KUBO; COELHO-DE-SOUZA, 2012, p.505). Um exemplo emblemático ocorreu em janeiro de 2018, quando uma embarcação industrial de Itajaí – Santa Catarina – descartou na costa gaúcha 25 toneladas de bagre, uma espécie que está proibida à pesca artesanal. Frente



a esse contexto, os(as) pescadores(as) artesanais protocolaram denúncias ao MPF e foram realizadas audiências públicas na Assembleia Legislativa sobre o assunto.

Nos rios da Bacia do Uruguai, e os que desaguam no Delta do Jacuí, os(as) pescadores(as) artesanais demonstram preocupação com a pesca predatória promovida por pescadores(as) amadores. Em algumas áreas do rio Jacuí, essa modalidade de pesca ocorre inclusive durante a piracema e, frequentemente, os amadores utilizam apetrechos de pesca tão predatórios, ou mais, que os apetrechos da pesca artesanal profissional. A barragem de Santo Amaro, no município de General Câmara, é apontada no Fórum do Delta como uma das áreas mais problemáticas, pois os peixes têm menor mobilidade, ficando mais vulneráveis à pesca predatória (DE PAULA, 2013). A pesca amadora predatória também ocorre nas diversas barragens de usinas hidrelétricas da Bacia do Rio Uruguai, sendo que o processo de licenciamento da pesca amadora é bastante simplificado, favorecendo tal prática predatória.

Silva (2017) destaca que existem cisões na classe trabalhadora dos(as) pescadores(as) artesanais. O processo de licenciamento ambiental muitas vezes promove essa divisão e, nesse sentido, a área de interface entre os fóruns, por apresentar regramentos díspares, pode ser marcada por tensões. Os(as) pescadores(as) do Fórum do Delta reclamam do avanço dos(as) pescadores(as) do estuário da Laguna dos Patos sobre os pesqueiros do norte desta. Esse impasse se deve ao fato de que a Instrução Normativa Conjunta Nº 03 de 2004 determina que somente os(as) pescadores(as) locais podem ser licenciados à pesca no estuário, proibindo a atuação dos(as) pescadores(as) do norte da Laguna dos Patos. Contudo, os(as) pescadores(as) do estuário podem atuar no norte da Laguna dos Patos, tendo em vista que a área de abrangência do Fórum do Delta não tem ainda instrução normativa própria que determine a exclusividade do licenciamento ambiental aos(as) pescadores(as) locais (DE PAULA, 2013).

Entre os(as) pescadores(as) artesanais da Lagoa Mirim e do estuário da Laguna dos Patos também ocorrem conflitos. Como já apresentado, esses dois territórios de pesca apresentam instruções normativas próprias, que definem exclusividade do licenciamento para os(as) pescadores(as) locais, gerando conflitos quando os(as) pescadores(as) não licenciados avançam sobre áreas de um ou de outro fórum.

Desta forma, a pesca predatória constitui o principal conflito apresentado pelos fóruns de pesca/pescadores(as), tanto na modalidade industrial quanto amadora. Os impactos ambientais associados são a diminuição no número de espécies pesqueiras e na quantidade média de pesca por pescaria, além de danos aos ecossistemas necessários à presença das mesmas. É de suma importância destacar que os(as) pescadores(as) artesanais são os mais criminalizados na finalização da pesca predatória, tendo de responder a ações judiciais, pagamentos de multas, além de agressões nas abordagens policiais. As dificuldades de infraestrutura dos órgãos ambientais dificultam a efetiva fiscalização dos barcos industriais, que possuem melhores condições de navegação.

Também são relatados conflitos relacionados aos governos federal, estadual e municipais. Os fóruns de pesca são unânimes ao indicar que a gestão ambiental e da atividade pesqueira não é satisfatória. Sobretudo destacam a falta de representativa dos(as) pescadores(as) artesanais nas políticas públicas para o setor. Para exemplificar, destacaremos contextos que foram evidenciados nos diversos fóruns: privilégio à pesca industrial, proibição da pesca das espécies

de bagre e luta dos(as) pescadores(as) por um código estadual de pesca.

É evidente na região que as políticas voltadas ao setor pesqueiro, em sua maioria, privilegiam a pesca industrial e, mais recentemente, a aquicultura, demandando às instituições representativas dos(as) pescadores(as) artesanais lutas constantes. No entanto, quando ocorrem impactos, e os governos determinam proibições de pescarias, essas são direcionadas à atividade pesqueira artesanal. No período de 2004 a 2014, por exemplo, houve um aumento significativo das permissões de pesca à frota industrial catarinense para captura de tainha, promovido pelo governo federal. Fato que culminou em um quadro de sobrepesca da tainha e cuja regulamentação, ao invés de proibir a pesca industrial cuja finalidade era a exportação de ovas da tainha, propunha a proibição da pesca no estuário da Lagoa dos Patos (WALTER et al., 2018).

Tal condição levou a uma mobilização dos(as) pescadores(as) artesanais. Por intermédio do Fórum da Lagoa dos Patos, foi encaminhada denúncia ao Ministério Público Federal (MPF), que orientou que a pesca não fosse proibida. Também por ação do MPF, tem havido uma série de exigências e questionamentos à frota industrial, entre as quais a inclusão de todas as empresas de pesca, associações e sindicatos como réus por descumprimento da cota global de captura estipulada em 2018.

Em 2014, os bagres marinhos foram incluídos na lista de espécies ameaçadas de extinção, tanto em âmbito federal como estadual, fato que resultou na proibição de sua pesca. No estuário da Laguna dos Patos, a importância desse fato está associada ao aumento da renda, quando outras safras, dependentes da salinização do estuário, fracassam (WALTER et al., 2018). No norte da Laguna dos Patos, diversas comunidades do Fórum do Delta têm essa pescaria como principal fonte de renda, assim como ela também é importante para os(as) pescadores(as) do Litoral Norte.

Essa situação tem envolvido ampla mobilização, incluindo ações civis públicas junto aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, e culminou na elaboração de planos de manejo. Entretanto, até o momento esses planos não tiveram a sua efetivação autorizada pela Justiça e, por outro lado, padecem da morosidade na análise dos documentos e processos pelos entes responsáveis pela gestão pesqueira, fatos que impactam negativamente sobre os(as) pescadores(as) artesanais, seja no seu reconhecimento e valorização enquanto categoria profissional, seja em impactos econômicos imediatos – como é o caso da proibição da pesca do bagre. Soma-se a isso a criminalização dos(as) pescadores(as) artesanais que dependem da pesca dessa espécie para a subsistência familiar, que são autuados, processados e obrigados a pagarem multas.

A falta de representatividade dos(as) pescadores(as) artesanais do estado do Rio Grande do Sul para suas demandas junto

ao governo federal, frente aos interesses da frota industrial catarinense, observada tanto em relação à pesca da tainha como ao longo do tempo, fez com que, em 2018, pescadores(as) artesanais e armadores de pesca do Rio Grande do Sul se articulassem para definição de uma política estadual de pesca. Tal mobilização reverberou na aprovação unânime, pela Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, da Lei 15.223/2018, cuja minuta foi elaborada pelo setor. Além de reconhecer a tradicionalidade da atividade pesqueira, a lei propõe uma gestão com maior participação dos(as) pescadores(as) artesanais, sendo consoante ao que os diversos movimentos de pescadores(as) propuseram. Ademais, proíbe a pesca de arrasto de peixes e de camarão em áreas abaixo de 12 milhas náuticas da linha de costa, de extrema relevância para manutenção dos estoques e da produtividade pesqueira, conforme revelam as pesquisas de Cardoso et al. (2018) e Haimovici & Cardoso (2018).

Contudo, desde sua promulgação, em especial após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, empresários da pesca de Santa Catarina têm questionado a legislação, o que inclui o secretário de Pesca, Jorge Seif Júnior, que possui interesse direto na temática, face sua família ser detentora de parte da frota catarinense. Algumas ações foram encampadas pelos empresários e governo federal, como desqualificar a luta dos(as) pescadores(as) artesanais e questionar junto ao Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade da lei gaúcha. Apesar de, até o momento a lei, não ter sido revogada, sua regulamentação tornou-se mais difícil e diversas lideranças têm sido ameaçadas.

Bastante recente é o conflito que diz respeito à responsabilidade do estado sobre os procedimentos referentes ao Licenciamento Ambiental de Pesca, previsto no Art. 7º da Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP Nº 03/2004, que estipula o regramento da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul. No mês de junho de 2020, a coordenação do Fórum da Lagoa dos Patos recebeu ofício do Ibama (Ofício nº 458/2020/SUPES-RS), onde consta que, “após análise e manifestações técnicas e jurídicas internas sobre a matéria, concluiu-se pela incompetência legal do IBAMA em continuar a conceder licenças de pesca no estado do Rio Grande do Sul”. O ofício segue: “informada a Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP/MAPA, conforme Ofício nº 90/2020/GABIN - 6966950, para conhecimento e providências cabíveis no âmbito de sua competência estabelecida no artigo 21, III da Lei 13.844/2019”.

Diante do fato, a Coordenação do Fórum da Lagoa dos Patos entrou em contato com a SAP para tratar da necessidade de atualização da norma para o Licenciamento Ambiental de Pesca no estuário da Lagoa dos Patos, uma vez que, pelo entendimento da norma (Lei 13.844/2019), tal licenciamento é de competência da SAP. Até o momento, o Fórum não obteve resposta da SAP.

Assim, a falta de definição por parte do Estado de quem é a responsabilidade sobre a emissão da Licença Ambiental de Pesca já vem causando transtornos aos(as) pescadores(as) artesanais. Esse problema refere-se de imediato ao encaminhamento do registro das embarcações pesqueiras, para o qual é necessário ter a Licença Ambiental de Pesca e, segundo a Instrução Normativa (IN) Conjunta MMA/SEAP Nº 03/2004, deve ser encaminhada no período de 1º de junho a 30 de agosto.

Portanto, na impossibilidade de encaminhar o pedido de licença, os pescadores(as) estão se deparando com o problema de registro das embarcações de pesca. O Art. 10º da IN 03/2004 afirma: “Concluído o processo de emissão das Licenças Ambientais de Pesca, o IBAMA encaminhará ao Escritório Esta-

dual da SEAP/PR, no estado do Rio Grande do Sul, a listagem dos pescadores(as) licenciados(as), para efetivação do permissionamento e registro das embarcações de pesca. Parágrafo único. O permissionamento e registro das embarcações de pesca só serão efetivados mediante apresentação, pelo interessado, da Licença Ambiental de Pesca prevista nesta Instrução Normativa”.

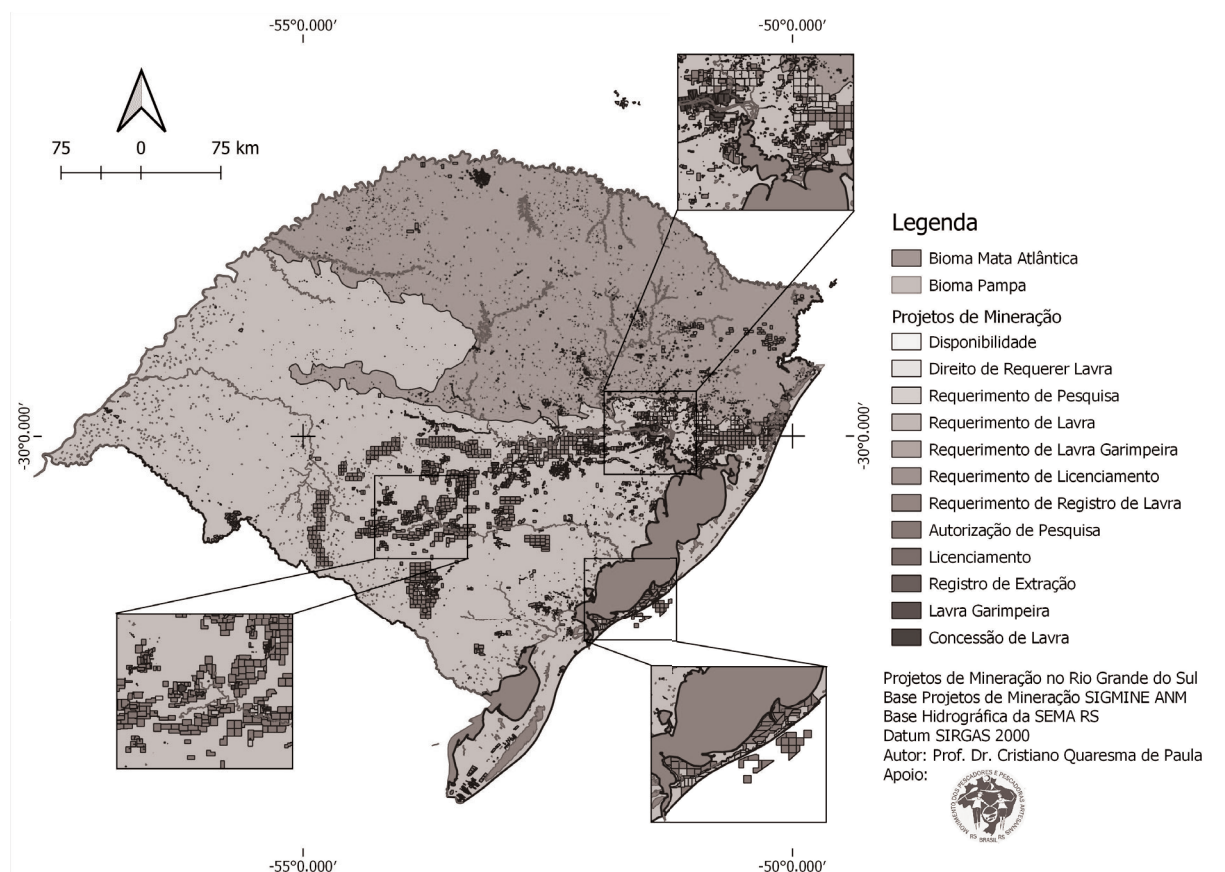
Vinculadas à gestão pesqueira, é indispensável frisar que a sobreposição e as trocas de pastas públicas responsáveis pela gestão da pesca são históricas no Brasil, tendo sido agravadas dos anos 1990 em diante. Isso gera insegurança no exercício da atividade e burocratiza a extensa lista de documentos que os(as) pescadores(as) artesanais precisam atender para exercerem suas atividades.

Outro conflito estritamente relacionado ao governo decorre do estabelecimento de Unidades de Conservação sobre territórios das comunidades pesqueiras, muitas vezes restringindo a realização de pescarias tradicionais. Esses contextos são apontados pelos(as) pescadores(as) do Fórum do Delta e do Comirim. O Fórum do Delta precisou recorrer ao Ministério Público Federal (MPF), pois o Parque Estadual Delta do Jacuí proibiu a realização da pesca artesanal na sua área de abrangência. Esse conflito foi sanado a partir de um acordo de uso, firmado entre a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e entidades representativas dos(as) pescadores(as) artesanais.

No Comirim, os(as) pescadores(as) também relatam conflitos com a gestão da Reserva Ecológica do Taim. Cabe ressaltar que essas unidades de conservação, de proteção integral, não integram as comunidades nos processos de tomada de decisões, que geralmente apresentam significativas restrições às práticas intrínsecas aos modos de vida tradicionais. Existem muitos outros casos de conflitos com unidades de conservação que envolvem pescar, morar ou apenas buscar abrigo nos espaços, colocando em risco a permanência da pesca artesanal e até mesmo a vida dos(as) pescadores(as). São vários os casos em que pescadores(as) que adentram áreas de unidades de conservação são autuados pelo órgão ambiental competente, tendo que responder na Justiça e pagar multas, além de relatarem agressões nessas abordagens.

Outra preocupação contemporânea dos(as) pescadores(as) artesanais do Pampa diz respeito aos projetos de mineração. O mapa da **Figura 7** foi elaborado para sinalizar a gravidade do que pode se realizar e suas consequências para a pesca artesanal na região, tendo em vista que tal atividade se desenvolve nas proximidades dos principais territórios pesqueiros. Esses projetos envolvem empresas privadas, algumas de capital internacional, e agentes públicos que viabilizam o processo de licenciamento.

**FIGURA 7**  
**PROJETOS DE MINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL**



**FONTE:** ELABORADO POR CRISTIANO QUARESMA DE PAULA (2020).

O mapa também permite verificar que a maioria dos projetos se encontra nas fases iniciais de licenciamento. Contudo, é nesse estágio que as comunidades precisam se mobilizar para evitar os impactos associados à mineração. Quatro projetos têm preocupado o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Movimento dos(as) Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP): projeto Caçapava do Sul (mineração de cobre e chumbo, promovido pela empresa Nexa Resources – antiga Votorantin); projeto Três Estradas, em Lavras do Sul (mineração de fosfato, promovido pela Água Fertilizantes – subsidiária da Água Resources, com capital australiano); projeto Mina Guaíba, em Eldorado do Sul (mineração de carvão, com previsão de complexo carboquímico, promovido pela empresa Copelmi); e projeto Retiro, em São José do Norte (promovido pela empresa Rio Grande Mineração, que é subsidiária da empresa Mineração Santa Elina). Na leitura dos movimentos sociais, pelo potencial de degradação ambiental, a instalação de projetos de mineração sobre comunidades mais vulneráveis, como as pesqueiras, constitui racismo ambiental.

Os(as) pescadores(as) do estuário da Laguna dos Patos se preocupam especialmente com a expansão minerária na porção centro-sul do estado do Rio Grande do Sul, por meio dos projetos Caçapava do Sul e Retiro. O primeiro envolve a Bacia Hidrográfica do Camaquã, que deságua na Lagoa. O segundo, se implementado, irá expropriar a comunidade pesquei-



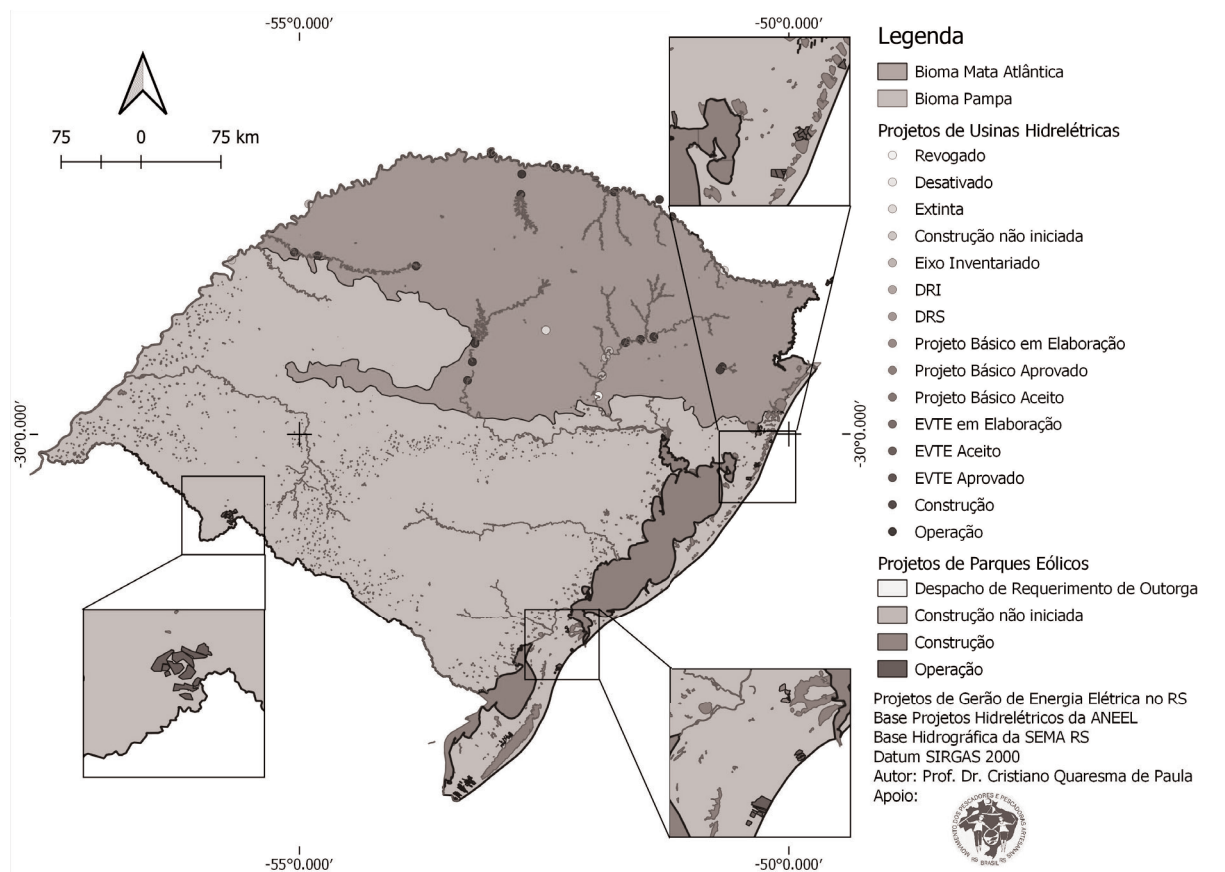
ra do Retiro, em São José do Norte. Em relação a ambos, tem havido uma ampla luta dos(as) pescadores(as), envolvendo também outros movimentos sociais. Em especial, foram objeto de debate no I Encontro sobre Impactos da Mineração nos(as) Pescadores(as) Artesanais, realizado em Rio Grande e São José do Norte em dezembro de 2018, conforme relatado por Machado et al. (2020). Encontro este que foi organizado pela coordenação do MPP do Rio Grande do Sul e teve apoio da CPP.

Os casos de Mariana e Brumadinho, no sudeste do país, deveriam servir de alerta para a insegurança ambiental estabelecida por esses empreendimentos. Preocupa, pois os projetos no Rio Grande do Sul estão situados em rios que desaguam no complexo Lago Guaíba – Lagoa dos Patos. Logo, um possível acidente comprometeria a pesca artesanal na maior porção do estado do Rio Grande do Sul, devido à contaminação da água. Além do risco na etapa lavra, acrescenta-se que esses recursos minerais seriam transportados pela Lagoa dos Patos. Logo, com risco adicional de acidentes durante o trajeto.

Já os(as) pescadores do Delta do Jacuí denunciam as dragagens ilegais para a mineração de areia no Rio Jacuí, o que tem provocado o fenômeno das ilhas sumidas, quando ocorrem fora da área permitida, erodindo esses importantes territórios de abrigo dos(as) pescadores(as) artesanais, além de servirem como áreas de criadouros das principais espécies capturadas pela pesca artesanal. A erosão e assoreamento desses rios intensificam as enchentes no inverno, colocando em risco de vida diversas comunidades do Delta do Jacuí.

Outro contexto de conflito que precisa ser destacado diz respeito às barragens de usinas hidrelétricas. No mapa da **Figura 8**, verificamos que os projetos hidrelétricos estão situados no bioma Mata Atlântica. Mas entendemos que a tendência de aumento no número de hidrelétricas impacta a atividade pesqueira nos corpos de água do Pampa, onde desaguam os rios da região norte do Rio Grande do Sul. Nesse mapa, cabe atentar para a quantidade de empreendimentos em fases de licenciamento. Os relatos de impactos das hidrelétricas são relatados especialmente pelos(as) pescadores(as) do Fórum da Bacia do Rio Uruguai, que destacam a perda na produtividade da pesca pela dificuldade que esses barramentos causam à piracema das espécies pesqueiras de água doce. Como já foi apresentado, as barragens de hidrelétricas também são espaços apropriados pela pesca predatória amadora, pelo confinamento dos peixes. Mais uma vez há predominância de empresas privadas, que são estimuladas pelo governo, comprometido com atividades econômicas que dependem do aumento do potencial energético para se instalarem na região.

**FIGURA 8**  
**PROJETOS DE USINAS HIDRELÉTRICAS E DE PARQUES EÓLICOS**



**NO RIO GRANDE DO SUL**

**FONTE:** ELABORADO POR CRISTIANO QUARESMA DE PAULA (2020).

Também destacamos no mapa o recente processo de expansão de parques eólicos no Pampa. Embora esses empreendimentos não tenham sido apontados como causa de conflito na pesquisa, faz-se necessário acompanhar essa evolução, que muitas vezes restringe o acesso das comunidades aos territórios de pesca.

No Estuário da Laguna dos Patos, historicamente se verifica a ocorrência de conflitos associados ao Porto de Rio Grande. A partir dos anos 2000, com a instalação do chamado Polo Naval e a modernização do Porto Organizado do Rio Grande, uma série de obras e empreendimentos foram realizados, bem como uma série de atos normativos viabilizaram tais atividades em detrimento dos(as) pescadores(as) artesanais. A construção de quatro estaleiros navais, três deles em Rio Grande e um em São José do Norte, foi responsável pelo deslocamento compulsório de duas comunidades pesqueiras: a comunidade das Barraquinhas, em Rio Grande, entre 2007 e 2010 (CARDOSO, 2010), e a comunidade da Vila Nova, em São José do Norte, em 2012 (FISCHER, 2016). Também dificultou a atracagem e o deslocamento dos(as) pescadores(as) da comunidade pesqueira de Santa Tereza (ROSA, 2015).

O processo de expansão portuária, na ocasião, resultou em precarização das condições de moradia e risco de deslocamento de 4.729 pessoas no município de Rio Grande, dentre as quais muitos(as) pescadores(as). Já em São José do

Norte, todas as comunidades situadas na orla do município – a sua grande maioria – tiveram seus territórios definidos como “área de expansão portuária” por meio do Decreto Federal de 25 de julho de 2005, que “Dispõe sobre a definição da área do Porto Organizado de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul”. Mascarello e Santos (2015) alertam para o fato de existir uma invisibilidade programada por parte do Porto Organizado do Rio Grande, estratégia que teria como único objetivo negar direitos. Os autores citam como exemplo as comunidades da Vila Mangueira e Barra Nova, ambas com histórico de atividade de pesca artesanal.

Essas comunidades estão situadas dentro ou no entorno da área designada como Porto Organizado (na verdade, território de pescueiro) e vivem um processo de sufocamento, causado pelo “avanço do capital sobre o território, requisitando-o para sua expansão, e pelo sufocamento ocasionado pelos danos causados pelas indústrias localizadas na área do Super Porto e Distrito Industrial do Rio Grande-DIRG (contíguo ao Super Porto), que se dão pelo ar, pela terra e pela água” (SANTOS; DORNELAS, 2015, p. 67). Isso faz com que a remoção forçada seja sempre um fantasma presente na vida dessas comunidades (MASCARELLO; SANTOS, 2015).

Associada ao processo de precarização das moradias e ao risco de deslocamento compulsório, a expansão portuária envolveu dragagens, ampliação dos molhes da barra e expansão de uma série de terminais portuários. Além da perda de seus territórios, conforme exposto por Fischer (2016), nos anos subsequentes às obras houve diminuição da salinidade no estuário. Parte dos(as) pescadores(as) argumenta que as obras dificultam o ingresso da água salgada na lagoa. Outra parte associa o fenômeno ao aumento de chuvas e adversidades climáticas na região, devido à expansão da produção agrícola nas bacias hidrográficas que compõem a lagoa e em sua própria margem, associada ao desmatamento e ao uso de agrotóxicos. Ainda outra parte acredita que ambas as explicações estão relacionadas.

O fato é que, devido à diminuição do ingresso de água salgada, as safras do camarão e da tainha têm fracassado sucessivamente, aumentando a condição de vulnerabilidade social dos(as) pescadores(as). Nos primeiros anos de perdas nas safras, houve mobilização por cestas básicas, auxílios emergenciais, dentre outros. Contudo, com o passar do tempo tornou-se uma medida pontual. Um segundo conflito que se desdobra deste é o fato da licença ambiental de pesca ser compreendida, pelos órgãos fiscalizados, como exclusiva para o estuário da Lagoa dos Patos. Assim, quando o estuário não salga, pescadores(as) são impedidos de pescar “fora da barra”, ou seja, na zona costeira, onde se concentram os peixes. Condição esta que tanto aumenta a vulnerabilidade das comunidades como acirra os conflitos envolvendo a pesca industrial.

Ademais, o boom econômico ocasionado pela implantação do Polo Naval durou pouco, dado o impacto da Operação Lava-Jato na Petrobras, maior contratante de plataformas nos estaleiros. Houve uma piora nos indicadores sociais da região, incluindo aumento do desemprego. Como resultado, houve um aumento da pesca predatória, em especial de juvenis de camarão, por pessoas que não têm na pesca seu meio de vida e que pescam no período do defeso com equipamentos proibidos, como o berimbau. Ou seja, esses “pescadores” sazonais não são regularmente registrados na atividade, tampouco têm compromisso com a sustentabilidade das espécies. Junto a estes, há também pescadores(as) regularizados e com licença, mas que mantêm-se pescando com artes proibidas, como é o caso do arrasto de camarão, ou ainda que não respeitam o espaçamento das andainas ou a propriedade sobre as mesmas, conforme exigido pela legislação.

Nos últimos anos, também aumentou a pesca de corvina na boca da barra por embarcações clandestinas, que não possuem permissionamento. Tais condições têm sido agravadas frente à desestruturação da fiscalização ambiental pelo governo federal. Esses fatos agravam as condições socioeconômicas dos(as) pescadores(as) e os vulnerabiliza ainda mais.

Para finalizar a exposição desses principais conflitos, cabe destacar a persistência e intensificação daqueles relacionados ao agronegócio, urbanização e industrialização. Os impactos do agronegócio, sobretudo das monoculturas, se evidenciam principalmente nas águas interiores, pela maior vulnerabilidade dos corpos de água. Esses sofrem com impactos tanto pela redução da disponibilidade hídrica, tendo em vista a captação da água para a irrigação, quanto pela redução da qualidade da água, devido ao uso de defensivos químicos. Entretanto, seus impactos chegam aos corpos de água maiores, como o Lago Guaíba e a Laguna dos Patos.

Os(as) pescadores(as) do Delta do Jacuí destacam os impactos ambientais e socioeconômicos do agronegócio, que se evidenciam na redução de número de espécies, de quantidade e de qualidade do pescado. Também apontam que a captação de água para as lavouras ocorre muitas vezes próximo ao criadouro, levando à sucção dos alevinos pelos dutos de captação. Esses impactos também são relatados pelos(as) pescadores(as) do Comirim, que se situa em uma região de monocultura de arroz, o que demanda muita irrigação e uso de agrotóxicos.

Os impactos do agronegócio também chegam aos territórios de moradia das comunidades de pescadores(as), pois o desmatamento da mata ciliar intensifica processos erosivos e o assoreamento dos rios, o que, nos períodos de chuvas, resulta em enchentes, como se verifica nos rios que deságuam no Delta do Jacuí. Soma-se a esses contextos os latifúndios que impedem o acesso dos(as) pescadores(as) aos corpos de água, resultando em um quadro de violência e ameaça à vida dos(as) pescadores(as) artesanais.

Em relação à urbanização, destacam-se os conflitos relacionados à poluição e contaminação dos corpos de água. Segundo o **atlas da Fundação de Economia e Estatística (FEE)**<sup>1</sup>, no Rio Grande do Sul não chega a 50% a quantidade de esgoto coletado e a 13% a de esgoto tratado, sendo que municípios como Canoas e Gravataí figuram entre os vinte piores do país no ranking do saneamento básico. Diante do exposto, os esgotos domésticos constituem uma das principais causas da degradação e contaminação dos corpos de água, inviabilizando a pesca em rios como o Gravataí, que deságuam no Delta do Jacuí/Lago Guaíba, e reduzindo a qualidade e quantidade do pescado na região.

<sup>1</sup> Ver: <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/socioambiental/saneamento/>

Também é importante destacar os resíduos sólidos que chegam aos corpos de água onde ocorre a pesca artesanal. No caso do Lago Guaíba a situação é tão grave que os(as) pescadores(as) artesanais da Colônia Z-5, na piracema, fazem coletas que passam de 25 toneladas por ano. Os(as) pescadores(as) do Litoral Norte também apontam esse como um dos maiores impactos sobre a pesca artesanal, especialmente por aumentar a dificuldade de trabalho na pesca e danificar os apetrechos utilizados. No caso dos rios, especialmente na região metropolitana de Porto Alegre e na Bacia do Rio Uruguai, o acúmulo de resíduos sólidos contribui para agravar o quadro de enchentes no inverno, em decorrência de fenômenos climáticos anuais.

Um outro conflito, não menos relevante, envolvendo a urbanização é a especulação imobiliária próxima aos corpos de água. No estuário da Laguna dos Patos, temos o exemplo do Pontal da Barra, em Pelotas, que tem seu local de moradia ameaçado face à especulação imobiliária associada ao interesse de ambientalistas em sua conservação, sob uma perspectiva que invisibiliza os(as) pescadores(as) artesanais como parte do lugar. Situação essa descrita no Mapa de Conflitos Ambientais, Injustiças e Saúde no Brasil, de responsabilidade da Fiocruz. Contudo, esses conflitos ocorrem também em outros territórios de pesca, nos quais, pela extensão do tecido urbano ou intensificação da atividade turística, as comunidades pesqueiras vêm sendo pressionadas a deixarem seus territórios tradicionais.

Na praia da Capilha, na Lagoa Mirim, por exemplo, a atividade turística aumenta a pressão sobre esse corpo de água, além de impactar as relações sociais da comunidade. Essa intensificação também é relatada por pescadores(as) da Ilha dos Marinheiros, no estuário da Laguna dos Patos, de praias do Litoral Norte e de outras comunidades pesqueiras que questionam a ausência do governo no ordenamento do turismo, que atualmente é predatório. Os conflitos entre pescadores(as) e indivíduos que realizam práticas de lazer e esportivas também são evidentes no Litoral Norte, com surfistas, e em praias do Delta do Jacuí, como a prainha de Paquetá, onde os jet skis avançam sobre áreas de pesca.

#### 4. CONCLUSÕES

Para finalizarmos esse texto, consideramos relevante destacar que o quadro de invisibilidade dos(as) pescadores artesanais do Pampa serve aos detentores do capital econômico e político para o avanço de atividades sobre os territórios da pesca artesanal. Como resultado, verificamos a emergência de conflitos e impactos ambientais e socioeconômicos.

Os conflitos se dão com empreendimentos de médio e grande porte, que avançam sobre o território pesqueiro com possibilidade de pôr fim à pesca artesanal e ao modo de vida das comunidades tradicionais. Os agentes do conflito são prioritariamente empresas privadas, associadas aos agentes públicos (governos federal, estadual e municipais). Para além dos empreendedimen-



tos empresariais privados que já atuam no território, cabe muita atenção aos que estão em fase de licenciamento, como é o caso da mineração e da instalação de hidrelétricas e parques eólicos. Quanto aos governos, por um lado atuam para oferecer os meios para instalação dos empreendimentos, e por outro, se ausentando no gerenciamento ambiental e da pesca. Também são apontados como os principais responsáveis pela criminalização dos(as) pescadores(as) artesanais.

A dependência dos pescadores artesanais dos recursos locais os coloca em situação de vulnerabilidade frente aos impactos ambientais. Esses impactos podem ser direcionados aos corpos de água, que em situação de contaminação reduzem a quantidade e a qualidade de pescado. A degradação dos rios, por exemplo, pelo desmatamento da mata ciliar, desencadeia processos erosivos e de assoreamento que também repercutem nos territórios de moradias das comunidades, principalmente nas enchentes do inverno. Estes impactos ambientais não se restringem à natureza. Eles também degradam a vida nas comunidades de pescadores(as).

Por se encontrarem em situações de vulnerabilidade social, os impactos socioeconômicos são primeiramente sentidos pelos(as) pescadores(as) artesanais. Destaca-se a perda dos meios materiais de vida, com redução da renda devido à crise na pesca. A violência constante e a falta de perspectiva de futuro pela ausência do Estado têm inserido pescadores em contextos de alcoolismo e uso de drogas, levando à marginalização de crianças e adolescentes das comunidades pesqueiras. Também seus modos de vida se esfacelam e, com eles, os laços comunitários.

Sempre é importante ressaltar que a crise não foi gerada na pesca artesanal, mas recai principalmente nos(as) pescadores(as), tendo em vista que outras atividades econômicas, como a pesca industrial, se mobilizam para outras áreas ao exaurirem os recursos locais. Os(as) pescadores(as), ao contrário, têm que lidar com os conflitos e impactos nos seus territórios. Mas eles e elas não fogem à luta, se mobilizam, especialmente a partir dos fóruns de pesca, e reivindicam o direito de terem um futuro. Encontram apoio em setores da sociedade como as universidades, ONGs e dentro do próprio Estado, como nos ministérios públicos. Também assumem a identidade de comunidades tradicionais e recorrem a normativas internacionais como a OIT 169, para garantirem a permanência do seu modo de vida e do território tradicional.

## 5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos às pessoas que colaboraram com as informações presentes neste texto: Nilmar Conceição, Viviane Machado, Deraldo Silveira, Paulo Denilto, Noemi Brum, Luis Carlos Correa Amaro, Leandro de Andrade Miranda, Michele Martins Pedroso, Reginaldo Termezana Dias, Indiara Kerchiner, Tiago da Silva Machado, Liandra Caldosso, e Caio Santos.

## REFERÊNCIAS

ADOMILLI, Gianpaolo. K. Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira. **MÉTIS: história & cultura** – v. 8, n. 16, p. 97-119, jul./dez. 2009.

CARDOSO, A. L. Um lugar de resistência: Processo de remoção dos moradores das Barraquinhas. **CaderNAU- Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**. v. 4, n. 1, 2010.

CARDOSO, Luis Gustavo; ABDALLAH, Patrícia Raggi; HAIMOVICI, Manuel; DUMONT, Luiz Felipe Cestari. **Estimativa da biomassa das quatro principais espécies demersais (Corvina, Castanha, Pescada e Pescadinha) que atingiria os comprimentos de recrutamento à pescaria de emalhe costeiro, e, atualmente, são capturadas pela pesca de arrasto de fundo em comprimentos inferiores na faixa costeira de 12 mn ao longo do litoral do Rio Grande do Sul.** Relatório Técnico. Laboratório de Recursos Pesqueiros Demersais e Cefalópodes, Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, 2018.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografia(as) da Pesca Artesanal Brasileira.** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal:** fórum Delta do Jacuí. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Pesquisa, extensão e invisibilidades sociais: reflexões sobre ausências e emergências a partir da Geografia brasileira. **+E: Revista de Extensión Universitaria.** N. 9, Vol. 11. Pp.10-31. 2019.

FISCHER, J. V. **Mensuração de impactos sociais: uma análise sobre a vulnerabilidade ambiental de comunidades de pescadores artesanais sujeitas aos impactos de empreendimentos costeiros.** Dissertação. Mestrado em Gerenciamento Costeiro. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande. 2016.

HAIMOVICI, Manuel; CARDOSO, Luis Gustavo. **Relatório sobre benefícios ambientais da proibição do arrasto nas 12 mn, para as espécies consideradas ameaçadas de extinção.** Relatório Técnico. Laboratório de Recursos Pesqueiros Demersais e Cefalópodes, Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, 2018.

KALIKOSKI, D. C.; VASCONCELLOS, M. **Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação.** FAO Fisheries and Aquaculture. Circular n. 1075. Rome: FAO, 2013.

MACHADO, Viviane; CONCEIÇÃO, Nilmar; WALTER, Tatiana; SANTOS, Caio Floriano dos. **Reflexões sobre a luta dos pescadores e pescadoras artesanais no Rio Grande do Sul: Um relato sobre o I Encontro sobre Impactos da Mineração nos(as) Pescadores(as) Artesanais.** IN: DURIGON, Jaqueline; FORNECK, Eduardo Dias;

WALTER, Tatiana (Orgs). **Impactos dos Projetos de Mineração: O que sabemos? O que queremos? Para onde vamos?** Rio Grande/RS: Aprofurg Seção Sindical, E-book, 203-222, 2020.

MASCARELLO, Marcela de Avellar; SANTOS, Caio Floriano dos. Rio Grande (RS): Entre a expansão portuária e a invisibilidade social programada. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; MASCARELLO, Marcela de Avellar (Orgs.). **Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre: Evangraf. 2015. p. 41–54.

MOURA, Gustavo Goulart. **Guerra nos Mares do Sul. O papel da Oceanografia na destruição de territórios tradicionais de pesca**. Editora Annablume, 362p., 2017.

PEREIRA, Maria Odete Rosa; ANELLO, Lúcia F. S. de. **Quem pode pescar corvina? Um conflito entre a pesca artesanal e industrial no estuário da Lagoa dos Patos**. Rio Grande/RS: Anais do Congresso Brasileiro de Oceanografia, 3178-3181, 2010.

PERUCCHI, L. C.; KUBO, R. R.; COELHO-DE-SOUZA, G.. Articulação e encaminhamento das questões da pesca artesanal: uma análise do fórum da pesca do litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. **RGCI**, Lisboa, v. 12, n. 4, p. 499-508, dez. 2012.

ROSA, Rafaella Egues. *Conflito Socioambiental e Representações Sociais: o Caso dos Pescadores Artesanais circunscritos ao Polo Naval do Rio Grande*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas, 2015.

SANTOS, Caio Floriano; DORNELAS, Rafaela Silva. Distâncias e proximidades na lógica da desigualdade ambiental. **Novos Rumos Sociológicos**. v.3, n. 4, p. 61–83, 2015.

SILVA, Ederson Pinto da. *Para além da gestão dos recursos: uma abordagem crítica sobre a realidade da pesca artesanal na Lagoa Mirim, no Sul do Brasil*. Dissertação. Mestrado em Gerenciamento Costeiro. Universidade Federal do Rio Grande, 2017.

WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra Peres; VERLY, Jéssica Fischer; SILVA, Ederson Pinto da; ALMEIDA, Ivanilda Foster; DIAS, Tanize. A pesca artesanal dos bagres no estuário da Lagoa dos Patos/RS: um debate sobre uma gestão pesqueira ancorada na injustiça ambiental. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Edição especial: X Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro Vol. 44, ,199-222, fevereiro 2018

WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra. P.; VERLY, Jéssica F.; ALMEIDA, Ivanilda. F. **Por uma racionalidade ambiental: reflexões acerca dos regramentos propostos para pesca da tainha no estuário da Lagoa dos Patos/RS**. *Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental*, v. 23, p. 31-53, 2018.